



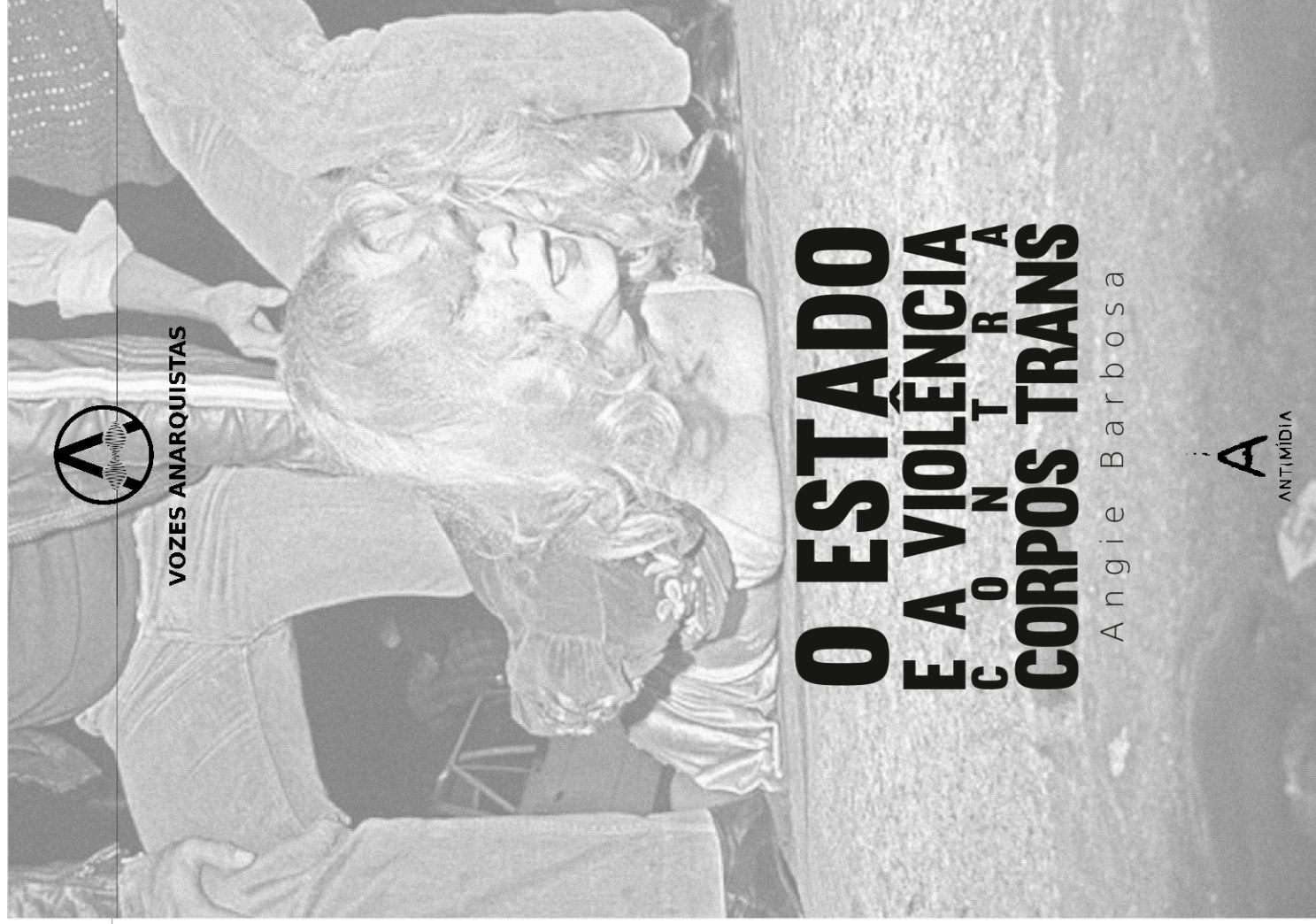
VOZES ANARQUISTAS

"Enquanto a conquista de direitos e políticas públicas pode ter parecido um movimento de inclusão no Estado e nos processos de tomada de decisão, ela representa a expansão violenta do controle do Estado sobre nossas vidas. Por um lado, nas décadas de 60 a 90 as investidas do Estado eram abertamente transfóbicas, admitindo e incitando no público a intenção de matar e deixar morrer. Por outro, a política sexual e de gênero do Estado sob o neoliberalismo é marcada por movimentos de morte social que são ocultados pelas retóricas contraditórias das palavras "cidadania", "inclusão" e "diversidade". Parece que o mesmo Estado que se aproveita da retórica de direitos humanos e diversidade segue atualizando seus modos de excluir, policiar e violar.

O ESTADO E A VIOLÊNCIA C O N T R A CORPOS TRANS

Angie Barbosa

A
ANTIMÍDIA



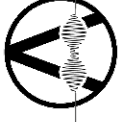
Este texto é uma versão do roteiro de um vídeo de mesmo nome da Antimídia. Esse e outros vídeos e zines estão disponíveis para baixar em nosso site:



ANTIMÍDIA.ORG

Este conteúdo é livre de direitos autorais.
Propriedade (inclusive a intelectual) é roubo!





VOZES ANARQUISTAS

O ESTADO E A VIOLÊNCIA C O N T R A CORPOS TRANS



ANTIMÍDIA

Polícia Civil "combate"

Do Reportagem Local

A Polícia Civil do Estado resolveu entrar no "combate" à Aids na cidade de São Paulo. Com este objetivo, foi lançada na madrugada de antontem a "Operação Tarântula", um comando especial de policiamento que visa realizar detenções em flagrante de travestis nos principais locais de prática do "trottoir", alijamento de "fregueses" nas ruas públicas. As primeiras ações da "Tarântula" já resultaram em 56 detenções, segundo Márcio Prudente Cruz, 52, delegado- chefe do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (Debran). Cruz afirma que a operação deveria durar o ano todo.

A operação está sob o comando do titular da Delegacia Seccional Sul, delegado Marcelo Alencar Aranha, e conta com uma equipe composta pelos titulares dos distritos policiais de Vila Clementino, Itaim-Bibi, Campo Belo e Vila Mariana (bairros da zona sul de São Paulo).

Segundo Cruz, o objetivo da "Operação Tarântula" é basicamente

Tarântula é uma aranha europeia

Segundo o "Novo Dicionário Aurelio da Língua Portuguesa", "tarântula" é uma espécie de aranha europeia da família dos leucosídeos, cuja picada causa febre, delírio e, segundo a crença popular, singulares sintomas que levaram o dante a cantar e dançar. De acordo com a enciclopeia da Letlas Universal, sua picada causa aturimento e profunda melancolia, daí os antigos acreditarem que a vítima devesse agitar-se ininterruptamente para sair desse estado.

"espantar a freguesia" e assim diminuir a propagação da doença. "Os tempos de Nostradamus estão chegando", diz. Ele afirma acreditar que estamos num período pré-apocalíptico. No entanto, a operação não será efetuada durante o Carnaval, já que "os travestis tiram folga nesta época", declara.

Cruz nega ter dito que pretende enquadrar os detidos na Lei de Segurança Nacional, ou que pretenda submetê-los a testes de Aids no Instituto Médico Legal, conforme foi publicado ontem no jornal "O Globo". Para ele, os travestis podem responder a processos por ultraje ao poder público e crime de contágio venéreo.

A respeito do nome dado à operação policial, Cruz diz que a autoria é do delegado Aranha. "A Tarântula tem vários braços, braços longos, e o objetivo é atingir várias ruas e várias avenidas onde se efetua o 'trottoir' indecente".

planejamento, mas pela própria cegueira intencional e planejada que estrutura o abandono organizado por parte do Estado.

A morte trans não começa no assassinato, como nos lembra Bruna Benevides, mas na exclusão de cada uma das instituições que produzem a vida social: da família, da escola, do mundo do trabalho, do espaço público, do espaço político. Antes da morte física, vem a morte social que torna possível que um corpo trans seja violado e assassinado sem grandes interrupções no ritmo normal da sociedade.

As repetitivas propagandas antifeministas e anti-trans, exemplificadas pelo "pânico da ideologia de gênero" da direita, mobilizam imagens de medo e ódio contra mulheres e demais minorias de gênero. O crescente sentimento anti-trans tanto nos setores reacionários quanto nos setores de esquerda é largamente explorado pelo Estado através do seu poder ideológico. Mensagens que promovem uma masculinidade dominadora e militarizada, que "coloca as minorias em seu devido lugar", apelam para as frustrações de homens, os convencendo de que as minorias de gênero são responsáveis pelas crises sociais e políticas geradas pelo próprio Estado e pelo Capital.

Mobilizados por esse ódio organizado, homens que matam travestis não são perpetradores individuais, mas agentes coletivos de uma política mais ampla de controle pelas forças políticas de governo do corpo sob o Capital. É difícil confiar num Estado que parece não nos ver quando precisamos de apoio, mas que sempre tem seu olhar sobre nós para nos policial, ameaçar, alvejar e matar. Se reclamávamos da ausência de políticas públicas para a população trans, cabe entender que elas sempre estiveram presentes. O Estado agencia uma política ativa para nossa população e nossas comunidades: essa política é a nossa morte.

Aids prendendo travestis

**Acidente na Régis
Bittencourt mata
quatro e fere dois**

Do Reportagem Local

Um acidente envolvendo dois caminhões e três automóveis na rodovia Régis Bittencourt (que liga São Paulo a Curitiba, no Paraná), ocorreu de 48:30 de ontem, provocou a morte de quatro pessoas e ferimentos leves em outras duas. O choque, ocorrido no km 234 da rodovia, próximo à cidade de Jacupirã (78 km a sudoeste de São Paulo), provocou também a interdição das pistas, nos dois sentidos, do horário do acidente até as 10:30. Logo após a liberação, o tráfego ficou lento por algum tempo.

O Fusca de chapas JK 8638-SP teria se chocado —segundo a Polícia Rodoviária Federal— com o caminhão Mercedes Benz CX 5025-PR, cujo motorista, Antônio Valença, 24, sofreu ferimentos leves. Todos os ocupantes do Fusca (Paulo Mitsuaki,

**Prefeito de cidade
do Ceará é morto
por desconhecido**

Do Correio-povoante em Fortaleza

O prefeito de Maracanaú, município da região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará, Almir Freitas Dutra (PDS), morreu, aparentemente, após ser atingido na cabeça por disparos de revólver. O crime ocorreu quando Dutra e sua mulher, Angélica Maria, saíram de uma churrascaria da cidade, nas proximidades da casa do prefeito. Segundo testemunhas, o casal voltava a pé para casa quando um homem mascarado aproximou-se e disparou contra o prefeito.

O fotógrafo Sebastião de Moura Alves, que estava perto de Dutra, disse que o autor dos disparos tinha o rosto coberto por uma máscara camuflada, da mesma forma que dois outros homens que o acompanhavam. Ainda segundo ele, os três mascarados fugiram em um Corcel preto sem placas.

Das Agências

Foi preso ontem, num sítio localizada do na zona oeste de Belo Horizonte (MG) o motorista de caminhão Francisco Pereira de Souza, acusado de integrar a quadrilha de assaltantes de caminhoneiros que atua na rota via Itá-Bahia Segundo o delegado de Dops mineiro Renato Trade, autor do prisão, desde dezembro Francisco se escondera no sítio, cujo dono é identificado como Lilton, funcionário da siderúrgica Mannesmann. Iilton seria um dos maiores receptáculos de cargas roubadas de caminhões.

O delegado Trade disse que Francisco aliciava caminhoneiros para que simulassem assaltos, passando a carga para a quadrilha, sobretudo bobinas de aço inoxidável e chapas de ferro. Em seguida, faziam doação.

Em 1987, a polícia de São Paulo inicia a "Operação Tarântula", que consistiu na prisão violenta de travestis que se prostituíam na rua. A ação foi interrompida em menos de duas semanas, após denúncias de grupos em defesa das travestis. Ainda assim, a operação teria encarcerado mais de 300 travestis. A justificativa era de que elas poderiam responder a processos por "ultraje ao pudor público e crime de contágio venéreo", segundo o artigo 130 do código penal, que se encontra em vigência até hoje.

Essa operação não foi um evento isolado. Há registros de batidas, torturas, assassinatos e ações repressivas violentas por parte da polícia desde a ditadura militar até os anos 90. O Estado brasileiro sempre agiu de modo abertamente transfóbico e transfeminicida, seja através do enquadramento sob a lei da vagiagem, ou por ações arbitrárias de "limpe-

tórica de direitos humanos e diversidade segue atualizando seus modos de excluir, policiar e violar.

A ritualidade e os requintes de crueldade dos assassinatos e ataques anti-trans dizem muito sobre a política de morte racial e de gênero com a qual lidamos. As mortes de travestis são marcadas pela brutalidade e pela impunidade. Parece que o crime cometido se inverte: ele passa a ser o da travestilidade, e não o do assassinato. Talvez os assassinatos de mulheres trans e travestis sejam raramente reconhecidos como crimes relevantes pelo Estado porque sua função social é justamente a de aplicar a punição considerada adequada para a deserção de gênero.

Ainda assim, para compreender a dimensão da participação do Estado na morte trans e travesti, precisamos olhar para além dos atos individuais de um ou outro violador ou assassino. As políticas raciais e de gênero do Estado masculinista e supremacista branco produzem nossa vulnerabilidade à violência. A partir dos movimentos necessários à dinâmica do Capital que se alimenta da exploração racializada do trabalho e de operações de distribuição desigual dos recursos e da segurança, vemos a produção de diferentes níveis de exploração e de exposição à morte e à precariedade; sustentados pela exploração do trabalho sexual e reprodutivo feminino, organizado não somente na forma da família nuclear burguesa, mas sobretudo nos modos violentos de controle da sexualidade feminina e do policiamento de gênero. Os corpos femininos e feminizados – cis ou trans – que não obedecem à lógica reprodutiva do Estado Capitalista, e cujas forças não podem ser colocadas à serviço da masculinidade cisgênera e da reprodução de sua força de trabalho, são marcados como improdutivos e perigosos para a coesão da ordem social. Esses corpos ocupam os "pontos cegos" das políticas públicas; não por uma ou outra falha na lei ou erro de

za das ruas". A consolidação do movimento de travestis e mulheres trans no Brasil a partir dos anos 1990 e as suas conquistas criaram mudanças que dão a impressão de tempos menos violentos.

Nosso reconhecimento como sujeitos políticos pelo Estado parece ter gerado uma "descriminalização" da travestilidade. E novos ganhos dos movimentos sociais - como programas de saúde para a população trans, o uso de nome social, a retificação de nome e gênero, as leis antidiscriminação e a crescente representação política de pessoas trans pode alimentar um certo sonho de democracia e inclusão. Ainda assim, 375 assassinatos de pessoas trans e travestis foram registrados entre outubro de 2020 e setembro de 2021. A cada ano, o Brasil bate recordes de violência e morte de pessoas trans e travestis, principalmente mulheres trans e travestis negras. Os assassinatos frequentemente deixam de ser investigados pelas polícias ou terminam em impunidade para os assassinos. As políticas públicas conquistadas sofrem com desmontes e burocratização excessiva, reduzindo seu alcance.

Assim, a maioria das pessoas trans precisa viver sem acesso à saúde e promoção de cidadania, por mais que as políticas supostamente estejam lá. A maior parte dos processos de transição de gênero ainda exige uma intensa submissão à vontade médico-psiquiátrica, restringindo autonomia, reforçando a patologização da transgeneridade e expondo pessoas trans ao despreparo profissional e à violência médica. E mesmo as representações políticas trans eleitas enfrentam ataques, ameaças e violações dentro dos espaços institucionais.

A crescente institucionalização dos movimentos sociais a partir da década de 90 produziu uma mudança: de forças combativas contra o Estado para um número menor de organizações especializadas e

centralizadas em torno da negociação dos recursos e investimentos estatais. Isso criou uma relação de dependência da qual o Estado se serve para gerar pressão política e desmobilização.

Enquanto a conquista de direitos e políticas públicas pode ter parecido um movimento de inclusão no Estado e nos processos de tomada de decisão, ela representa a expansão violenta do controle do Estado sobre nossas vidas. Por um lado, nas décadas de 60 a 90 as investidas do Estado eram abertamente transfóbicas, admitindo e incitando no público a intenção de matar e deixar morrer. Por outro, a política sexual e de gênero do Estado sob o neoliberalismo é marcada por movimentos de morte social que são ocultados pelas retóricas contraditórias das palavras "cidadania", "inclusão" e "diversidade". Parece que o mesmo Estado que se aproveita da re-

